

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.652 - RS (2019/0213395-9)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE** : **DELMAR SOARES VEIGA**  
**ADVOGADOS** : **MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI - RS011748**  
 : **PEDRO OTÁVIO MAGADAN - RS068843**  
**AGRAVADO** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORES** : **PAULO CESAR KLEIN - RS036745**  
 : **FABIO WERKHAUSER - RS032445**  
**INTERES.** : **SILAMIR CASSIA BENEDETTI**  
**INTERES.** : **BEATRIZ FAVIEIRO PELLIN DE MOLNAR**  
**INTERES.** : **VALQUIR RODRIGUES FRONER**  
**INTERES.** : **FLAVIO AGAMENON PINTO COLTRO**  
**INTERES.** : **SADI POTRICH**  
**INTERES.** : **ISABEL CRISTINA LISBOA**  
**INTERES.** : **NAIRA VANDA MACHADO**  
**INTERES.** : **VERA SANDRA MACHADO**  
**INTERES.** : **MARIA HELENA VISINTAINER SANTOS ROCHA**  
**INTERES.** : **ELAINE BORRALHO PIEGAS**  
**ADVOGADOS** : **MARILIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI - RS0011748**  
 : **RODRIGO ANTÔNIO SEBBEN - RS0057697**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por DELMAR SOARES VEIGA, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FAZENDA PÚBLICA. ILEGITIMIDADE DE PARTE. LITISPENDÊNCIA. DECISÃO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. ARGUIÇÕES DESACOLHIDAS. EXTINÇÃO PARCIAL DO FEITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR DA CAUSA. PROPORCIONALIDADE.

1. O julgador *a quo* extinguiu o feito por litispendência, considerando que 'a parte autora renovou pedido já formulado no feito nº 01198117408', e a fundamentação do apelo foi no sentido de demonstrar que inexistia identidade de objeto entre a ação coletiva e a ação individual anteriormente proposta e, por conseguinte, litispendência. Verifica-se, pois, que as razões recursais do apelo impugnam especificamente os termos da decisão hostilizada. Desse modo, não prospera a irrisignação do réu no sentido de que as razões

do presente apelo estão dissociadas da decisão recorrida.

2. Não pode ser acolhida a alegação deduzida pelo apelante no sentido de que a sentença é extra petita, haja vista que foi apreciada a questão posta, o pedido de extinção do feito em relação ao autor Delmar Soares Veiga. Foi deferida a extinção do feito, todavia, com base em fundamento diverso que, segundo o art. 485, § 32, do CPC, pode ser conhecido de ofício, a litispendência.

3. A arguição de preclusão para o pedido do executado de extinção do feito por ilegitimidade da parte deve ser repelida, uma vez que, nos termos do art. 485, § 32, do CPC, a ilegitimidade da parte também enquadra-se no rol das matérias que podem ser conhecidas de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado.

4. Permanece hígida a decisão no ponto em que determinou que a condenação não abrangeria os substituídos que optaram pela via dos litígios individuais, condição na qual se enquadra o apelante, que, nos autos do processo nº 001/1.05.2193870-1, pugnou pelo pagamento do reajuste previsto no art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.420/95. Os reajustes do art. 13, IV e V c/c art. 14, ambos da Lei Estadual 10.395/95, outrossim, não foram objeto do processo nº 001/1.05.2193870-1.

Logo, deve ser parcialmente extinta a presente execução em relação ao exequente Delmar Soares Veiga, apenas em relação aos reajustes do art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.420/95, mesmo que por fundamento diverso, qual seja a ilegitimidade da parte.

5. Tendo em vista o disposto no art. 14 do Código de Processo Civil de 2015 e, também, que a sentença foi proferida em 31 de outubro de 2016, sob a égide do novo Código de Processo Civil, devem ser aplicadas ao julgamento do presente recurso as disposições previstas no referido Diploma.

6. o arbitramento da verba honorária com moderação e adequação ao trabalho desempenhado pelo procurador, de acordo com as diretrizes do art. 85, § 4º, III, e § 32, I, do CPC, observados, ainda, os parâmetros do art. 36 do Código de Ética e Disciplina da OAB, embasa a fixação de honorários advocatícios a serem pagos pela parte sucumbente, no percentual mínimo de 10% amparado pela lei sobre o valor atualizado da causa, proporcional à importância executada, observado o disposto no art.

87, §19, do CPC. Contudo, fica suspensa a exigibilidade em razão de a parte autora litigar sob o abrigo da justiça gratuita.

7. Consideram-se incluídos no presente acórdão os elementos suscitados pelas partes, para fins de prequestionamento, nos termos do

art. 1.025, do Código de Processo Civil.

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. UNÂNIME" (fls. 643/644e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 665/667e), os quais restaram acolhidos, com efeitos infringentes, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTES DA LEI Nº 10.395/95. COISA JULGADA. PREQUESTIONAMENTO.

O pronunciamento judicial atacado, com efeito, recaiu na contradição aventada, vez que, referiu que os reajustes do art. 13, IV e V c/c art. 14, ambos da Lei Estadual 10.395/95 não teriam sido objeto do processo nº 001/1.05.2193870-1, sem considerar o julgamento da apelação cível nº 598399640, em que foi expressamente afastada a tese de sentença extra petita e julgado improcedente o pedido de pagamento dos reajustes das Leis nº 10.395/95, 10.416/95 e 10.420/95. Resta configurada, portanto, a tríple identidade entre as demandas, razão pela qual impõe-se a manutenção da sentença extintiva.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES. APELAÇÃO DESPROVIDA. UNÂNIME" (fl. 691e).

Opostos novos Aclaratórios (fls. 704/711e), foram eles rejeitados, **in verbis**:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SENTENÇA *EXTRA PETITA*. PREQUESTIONAMENTO.

- No pronunciamento judicial atacado, restou examinada a matéria suscitada embargante, razão pela qual se afigura descabida a rediscussão em sede de embargos de declaração.

- Inexistência de quaisquer dos vícios elencados no artigo 1.022 do Novo Código de Processo Civil.

Prequestionamento - Consoante o disposto no artigo 1.025 do NCPC, são considerados devidamente prequestionados os dispositivos suscitados pelas partes.

DESACOLHERAM OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. UNÂNIME" (fl. 714e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da

Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. **141, 492, 502, 503, 487, 490 do CPC/2015** sustentando, em síntese, o seguinte:

"(...) o recorrente reconhece que efetivamente houve a repetição de ações referentes ao reajuste concedido pela Lei nº 10.420/95, no percentual de 11% e tais valores podem ser expurgados do cálculo. Porém, no que diz respeito aos reajustes de 19,90% da Lei nº 10.395/95, por não terem sido objeto da demanda anterior, o mesmo se mantém hígido. Desde o início tem sido este o posicionamento da parte.

Desta forma, a decisão que julgou extinto o feito, em razão do reconhecimento da coisa julgada violou frontalmente os dispositivos legais transcritos acima, pois, conforme pode se verificar, entenderam como mérito da demanda aquilo que constou na sentença e não do objeto da ação delimitado pelo pedido formulado pela parte" (fl. 733e).

Por fim, requer "seja dado provimento ao presente Recurso Especial para, reconhecendo-se a violação aos artigos 141, 487, 490, 492, 502 e 503, todos do Código de Processo Civil, reformar a decisão recorrida, para afastar o reconhecimento da coisa julgada em relação aos índices de reajustes da Lei nº 10.395/95" (fl. 733e).

Contrarrazões a fls. 742/751e.

Inadmitido o Recurso Especial (fl. 754/758e), foi interposto o presente Agravo (fls. 764/773e).

Contramínuta a fls. 778/787e.

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Pedido de Cumprimento de Sentença ajuizado pela parte ora recorrente.

Julgada extinta a demanda, sem resolução de mérito, ante o reconhecimento da litispendência, recorreu o autor, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, com o parcial provimento da Apelação.

Em sequência, sobreveio acórdão integrativo, com efeitos infringentes, que modificou o julgado a fim de restabelecer o comando sentencial.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Convém transcrever, no trecho pertinente, o voto condutor do **decisum** de 2º Grau:

"No caso em tela, impõe-se reconhecer que a decisão embargada recaiu na contradição aventada.

O acórdão embargado referiu expressamente em relação à alegação

de sentença *extra petita* (fl. 502v):

'Não pode ser acolhida a alegação deduzida pelo apelante no sentido de que a sentença é *extra petita*, haja vista que foi apreciada a questão posta, o pedido de extinção do feito em relação ao autor Delmar Soares Veiga. Foi deferida a extinção do feito, todavia, com base em fundamento diverso que, segundo o art. 485, § do CPC, pode ser conhecido de ofício, a litispendência.'

Ocorre que o magistrado Relator da Apelação Cível nº 70073493439 afastou a alegação de decisão *extra petita*, levando em consideração a sentença proferida na execução (fl. 464). Entretanto, a tese de decisão *extra petita* dizia respeito à sentença proferida na ação individual proposta pelo autor.

**Esta questão, por sua vez, já restou superada no julgamento proferido pela 4ª Câmara Cível no recurso de apelação nº 598399640 (fls. 452-457), em que foi expressamente afastada a tese de sentença *extra petita*. O referido julgado ainda enfrentou o mérito, julgando improcedente o pedido de pagamento dos reajustes das Leis nº 10.395/95, 10.416/95 e 10.420/95.**

**Consequentemente, há equívoco no acórdão embargado ao afirmar à fl. 506 que os reajustes do art. 13, IV e V c/c art. 14, ambos da Lei Estadual 10.395/95 não teriam sido objeto do processo nº 001/1.05.2193870-1.**

Assim, inarredável a tríplice identidade entre as demandas, impõe-se a manutenção da decisão apelada" (fls. 695/696e).

Com efeito, a Corte de origem, ao analisar a controvérsia, asseverou que o argumento aventado pelo recorrente já foi repellido no processo originário, pelo que descaberia a sua rediscussão.

Entretanto, tal fundamento não foi impugnado pela parte recorrente, nas razões do Recurso Especial. Portanto, incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO REVISIONAL**

CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FASE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 568/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. **A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**
4. É possível a fixação de honorários advocatícios na fase de liquidação de sentença com caráter contencioso. Precedentes.
5. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 864.643/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Demais, mesmo que o referido óbice fosse superado, o acórdão se alicerça em fundamento cujo exame demandaria o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que alterar as conclusões firmadas no acórdão recorrido, concernentes aos limites da coisa julgada, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. EXECUÇÃO. LIMITES FIXADOS NO TÍTULO JUDICIAL TRANSITADO EM JULGADO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COISA JULGADA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.**

1. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática

e jurídica entre eles. Indispensável a colação de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente.

2. **In casu**, verifica-se que não foram respeitados tais requisitos legais e regimentais (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e art. 255 do RI/STJ), o que impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

3. **É inviável alteração dos critérios e termos estabelecidos no título executivo judicial, por ocasião do cumprimento de sentença, sob pena de ofensa à coisa julgada** (AgInt no AREsp 708.584/RS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016) .

4. **A revisão do entendimento alcançado pelo Tribunal a quo demandaria reincursão no contexto fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.**

5. Recurso Especial do qual não se conhece" (STJ, REsp 1.659.711/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 16/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IRRESIGNAÇÃO. LIMITES DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. **A revisão do julgado, no ponto inerente as balizas levadas a efeito em feito anterior e aptas a se consubstanciaram como coisa julgada**, bem como o exame dos limites substitutivos da apelação julgada naqueles autos, **demandaria o revolvimento de premissas fáticas estabelecidas pelo Tribunal de origem, hipótese essa inviável em recurso especial. Incidência da Súmula 7 desta Corte.**

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.574.311/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 02/05/2017).

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INTERPRETAÇÃO. COISA JULGADA. REEXAME. SÚMULA N. 7-STJ. SALÁRIO. REMUNERAÇÃO. DIFERENÇA. DIREITO. ALEGAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284-STF. NÃO PROVIMENTO.

1. O juízo não é obrigado a se manifestar sobre todos os argumentos levantados pelas partes, senão sobre aqueles essenciais à solução da controvérsia.

**2. Em regra, a interpretação das instâncias ordinárias acerca do título exequendo, ainda que judicial, não se submete ao crivo do recurso especial, por encontrar o óbice de que trata o enunciado n. 7, da Súmula.**

3. A ausência de indicação de dispositivo legal, ou da demonstração de divergência jurisprudencial, sobre determinada questão federal impede o conhecimento do recurso especial, no dizer do verbete n. 284, da Súmula do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 10.737/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 22/03/2012).

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AUSÊNCIA DE OFENSA À COISA JULGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

**I - É possível interpretar o conteúdo do título executivo judicial sem que isto implique em ofensa a coisa julgada, devendo-se inclusive, conjugar a parte dispositiva com a fundamentação. Precedente.**

**II - Rever a interpretação dada pelo e. Tribunal a quo ao conteúdo do título executivo judicial implica em revolver matéria fático probatória, procedimento vedado pela súmula 7 desta e. Corte Superior.**

Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 1.015.470/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe de 04/08/2008).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na



forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora